STJ00110977

2020

4ª EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA, AMPLIADA
de acordo com o novo CPC e as
leis 13.869/2019 e 13.964/2019

Charley
Teixeira Chaves

curso de TEORIA GERAL do processo

+ sinopse de aulas

editora D'PLÁCIDO

STJ00110977

editora D'PLÁCIDO

Belo Horizonte
Av. Brasil, 1843,
Savassi, Belo Horizonte, MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007

São Paulo
Av. Paulista, 2444,
8º andar, cj 82
Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2014, D'Plácido Editora.
Copyright © 2014, Charley Teixeira Chaves.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por qualquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Nathalia Torres

Diagramação Bárbara Rodrigues da Silva
Christiane Morais de Oliveira
Enzo Zaqueu Prates

1180605

Catalogação na Publicação (CIP)

Chaves, Charley Teixeira
C512 Teoria geral do Processo / Charley Teixeira Chaves. - 4. ed. – Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
500 p.

ISBN 978-65-5059-092-5

1. Direito. 2. Direito Processual. I. Título.

CDDir: 341.4

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO D'PLÁCIDO | editora D'PLÁCIDO | Rodapé | VORTO | editora D'PLÁCIDO

STJ00110977

SUMÁRIO

PREFÁCIO 17

NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO 19

INTRODUÇÃO 21

CAP 1
PRINCÍPIOS 23

1.1. Contraditório 33
1.1.1. Princípio do contraditório ou proibição de decisões-surpresa 34
1.1.2. Princípio da cooperação ou comparticipação ou colaboração 37
1.2. Ampla defesa ou ampla argumentação 39
1.3. Imparcialidade (terceiro imparcial) 40
1.4. Isonomia ou simétrica paridade de armas 41
1.5. Obrigatoriedade das fundamentações das decisões jurisdicionais 43
1.5.1. Impossibilidade de fundamentar decisão desfundamentada em sede recursal 45
1.5.2. Fundamentação "per relationem" 46
1.5.3. Princípio do convencimento motivado do julgador e o princípio da aquisição 47
1.6. Princípio do duplo "grau" de "jurisdição" 48
1.7. Sistema inquisitório 58

1.7.1. "Verdade" real — gestão da prova 61
1.8. Sistema misto, inquisitório reformado ou napoleônico 69
1.9. Sistema acusatório 73
1.9.1. Sistema adversarial 76
1.9.2. Juiz das garantias 81
1.9.2.1. Da fundamentação da prisão preventiva 83
1.9.2.2. Do fim da ingerência judicial no arquivamento do inquérito policial 84
1.9.2.3. Da prova ilícita apreciada pelo julgador 85
1.9.2.4. Da presença do advogado na fase da prisão em flagrante e audiência de custódia 86
1.9.2.5. Norma processual penal tempus regit actum 88
1.10. O direito intertemporal 89
1.11. O Sistema do *Common Law* *90*
1.11.1. O sistema do common law e a problemática dos indutivistas 94
1.12. Devido Processo Constitucional 102
1.12.1. Princípio do devido processo legal 102
1.12.1.1. Ausência do Devido Processo Legal no Processo Administrativo 102
1.13. Juízo natural 105
1.14. Princípio dispositivo ou da Inércia jurisdicional 106
1.14.1. Princípio da correlação ou da adstrição ou congruência. Princípio da vinculação da atividade jurisdicional ao pedido 106
1.15. Acesso à jurisdição ou acesso ao direito ou da inafastabilidade da jurisdição 107
1.15.1. Via administrativa é mera faculdade e não obrigatoriedade 108
1.15.2. Assistência jurídica integral e gratuita como garantida do princípio da inafastabilidade 110
1.16. Princípio Publicidade 112
1.17. Princípio da reserva legal no Estado democrático 114
1.18. Princípio da celeridade processual e Duração Razoável do processo 114

STJ00110977

1.18.1. Indenização dos danos pela duração exagerada do processo 117

CAP 2
A EVOLUÇÃO TEÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL 119

2.1. Introdução 121
2.2. Teoria do processo como contrato (Século XVIII e XIX) 122
2.3. Teoria do Processo como Quase-Contrato (1850) 123
2.4. Teoria do Processo como Relação Jurídica (1868) 123
2.4.1. Teoria de Kohler (retilínea) 124
2.4.2. Teoria Wach (Triangular) 125
2.4.3. Teoria de Planck e Hellwig (Angular) 125
2.4.4. Características da relação jurídica 125
2.4.5. Instrumentalidade do Processo 127
2.4.5.1. A efetividade do processo a partir do seu caráter instrumental 128
2.4.6. Pressupostos processuais 132
2.4.6.1. Pressupostos processuais de existência 133
2.4.6.2. Pressupostos processuais de validade 137
2.4.6.3. Pressupostos negativos 150
2.5. Teoria do processo como situação jurídica (1925) 154
2.6. Teoria Institucionalista do Processo (1948) 155
2.7. Teoria do Processo como procedimento em contraditório (1978) (Escola Estruturalista) 158
2.8. Teoria do processo como entidade complexa 165
2.9. Teoria Constitucionalista do Processo (1979) 166
2.10. Teoria Neoinstitucionalista do Processo 172
2.11. Conclusões 178

CAP 3
PROCESSO NO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 181

3.1. Teoria da Instituição e do Instituto 183
3.2. Teoria institucionalista na concepção de Maurice Hauriou 183

3.3. Teoria Institucionalista do Processo (1948) 191
3.4. Instituição e Instituto (Bases Neoinstitucionalista) 196
3.5. Decisão Solipsista do julgador 201
3.6. Do Ativismo Judicial (decido conforme minha consciência) 213

CAP 4
VISÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE AÇÃO 223

4.1. A Evolução Histórica Do Direito-de-Ação 225
4.1.1. Teoria imanentista 226
4.1.2. A ação como direito subjetivo, público e autônomo 227
4.1.3. Teoria do direito de ação subjetivo, público, autônomo e concreto – a teoria do direito potestativo de Chiovenda 229
4.1.4. A ação como direito público, subjetivo, autônomo e abstrato 232
4.1.5. Teoria eclética do direito de ação 234
4.1.6. Teoria do direito de ação de Elio Fazzalari 236
4.2. O problema das condições da ação 239
4.3. As condições da ação de acordo com o CPC de 2015 242
4.4. Visão constitucional do direito-de-ação 245
4.5. Direito-de-ação e ação (procedimento) 250
4.6. Compreensão constitucional do direito-de-ação é "ação" (procedimento) penal 252
4.7. Elementos da ação (procedimento) 265
4.7.1. Carência da ação 267
4.7.2. A correlação entre acusação e a decisão penal 268
4.8. Considerações finais 274

CAP 5
JURISDIÇÃO 277

5.1. Jurisdição Origem 279
5.2. Jurisdição para Giuseppe Chiovenda 281
5.3. Jurisdição para Francesco Carnelutti 282
5.4. Jurisdição para Liebman 284

5.5. Jurisdição para Fazzalari 285
5.6. Jurisdição para Rosemiro Pereira Leal 285

CAP 6
O PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO **287**

6.1. Considerações iniciais 289
6.2. Estado Liberal de Direito 289
6.3. Estado Social de Direito 292
6.4. Estado Democrático de Direito 295
6.5. Ciência e Técnica 296
6.5.1. Ciência 296
6.5.2. Técnica 297
6.6. Ciência do Direito e Técnica Processual 298
6.6.1. Considerações iniciais 298
6.6.2. Lógica da decisão, axiologia jurídica, dogmática e deontologia 299
6.6.3. Crítica à técnica legislativa contemporânea 302
6.7. Hermenêutica 305
6.7.1. Interpretação da Lei Processual 308
6.7.2. Antinomia 314
6.7.3. Hermenêutica Constitucional – Espécies de decisões proferidas pelo STF no controle de constitucionalidade 315
6.7.3.1. Declaração de nulidade total com redução de texto 316
6.7.3.2. O princípio da interpretação conforme a constituição 317
6.7.3.3. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto 321
6.7.3.4. Inconstitucionalidade por Relação de Interdependência ou Decretação de Inconstitucionalidade "consequencial", ou por "arrastamento", ou por "atração" 322
6.7.3.5. Eficácia 322

6.7.3.6. "Fossilização da Constituição" / Petrificação do direito. 323
6.7.3.7. Efeitos transcendentes dos motivos determinantes (ativismo judicial). 325
6.7.3.8. Modulação temporal dos efeitos da decisão 329
6.8. Fundamentação das decisões (Ronald Dworkin) 330
6.9. Jürgen Habermas 334
6.9.1. Autonomia privada e autonomia pública no Estado Democrático de Direito 336
6.9.2. O risco do dissenso – uma visão habermasiana – "regra da maioria" como mecanismo de formação do consenso 338
6.9.3. Teoria discursiva do direito (Princípio do discurso ao princípio da democracia) 342
6.9.4. Razão prática x razão comunicativa: aspectos gerais da teoria da ação comunicativa 343

CAP 7
PARTES PROCESSUAIS **347**

CAP 8
PETIÇÃO INICIAL CPC: RESUMO **357**

8.1. Da Petição Inicial 359
8.1.2. Definições 359
8.1.3. Proposta a ação 359
8.1.4. Litispendência para o Autor 359
8.1.5. Elementos da Ação (toda petição inicial deve ter) 360
8.1.5.1. Pedido 361
8.1.6. Dos Requisitos da Petição Inicial no CPC 362
8.1.6.1. Da competência – destinatário da petição 363
8.1.6.1.1. Da Qualificação das partes 364
8.1.6.1.1.1. O CPC de 2015 mitiga a qualificação do réu ou dos réus atendendo ao princípio da eficiência 366
8.1.6.1.2. Teoria da Substanciação 367

8.1.6.2. Pedido 368
8.1.6.2.1. Descrição do pedido 368
8.1.6.2.2. Requerimentos eventuais: 368
8.1.6.2.3. Princípio da congruência ou da adstrição ou correlação entre os pedidos 369
8.1.6.2.4. Princípio da vinculação da atividade jurisdicional ao pedido 369
8.1.6.2.5. A decisão pode ser considerada, quando isso ocorre, em 369
8.1.6.2.6. ● pedido tem que ser certo e determinável 370
8.1.6.2.7. Pedidos implícitos art. 323 do CPC 371
8.1.6.2.8. Pedidos genéricos art. 324, §1º CPC (Casos excepcionais) 372
8.1.6.2.8.1. Exemplos de pedidos Genéricos: 372
8.1.6.2.9. Pedidos classificações 373
8.1.6.2.10. Cumulação de pedido imprópria 373
8.1.6.2.10.1. Requisitos para cumulação de pedidos 374
8.1.6. Do valor da Causa - art. 292 CPC 376
8.1.7. Pedido de Audiência de conciliação ou de mediação 378
8.1.7.1. Não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação 379
8.1.9. Documentos que devem instruir a petição inicial 381
8.1.9.1. Exemplos de documentos indispensáveis 381
8.1.9.2. Documento, fundamental ou substancial, estiver em poder da parte adversa ou de terceiro 382
8.1.10. Das Provas 384
8.1.10.1. Distribuição do ônus da prova. 384
8.1.10.2. Produção de prova 385
8.1.10. Da Emenda da Inicial 386
8.1.11.1. Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir 387
8.1.11.2. Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir após citação e até o saneamento do processo (Mutatio Libelli) 387
8.1.12. Do Indeferimento da Petição Inicial 389

STJ00110977

8.1.12.1. Do Indeferimento da Petição Inicial 390
8.1.12.2. Do Recurso do indeferimento 390
8.1.1.12. Da improcedência liminar do pedido 390
8.1.13. Prescrição ou a decadência 391

CAP 9
DA TEORIA DA TUTELA PROVISÓRIA CPC 397

9.1. Da tutela de urgência antecipada 402
9.2. Da tutela cautelar 407
9.3. Da tutela da evidência 414
9.4. Fato novo que justifica novo pedido de tutela de urgência antecipada 416
9.5. Do cabimento do agravo de instrumento contra tutela provisória (art. 1.015, I, cpc) 417
9.6. O juízo absolutamente incompetente pode deferir liminar 417

CAP 10
AS FORMAS ALTERNATIVAS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS (MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM) 421

10.1. Teoria geral da arbitragem 430

REFERÊNCIAS 447

ANEXOS 469